

A HABITAÇÃO, A POSSE E A EXPLORAÇÃO DA TERRA NAS CAPELAS (S. MIGUEL) EM 1882

por
António dos Santos Pereira *

Introdução

A historiografia funciona assim como uma bola de neve: quanto mais desenvolvida, maior a facilidade na incorporação de novos elementos. Parece-nos que a escrita da história do século XIX micalense tem beneficiado de estudos mais aprofundados do que qualquer outro espaço do território português, tanto pela acção dos eruditos locais contemporâneos ou posteriores aos acontecimentos¹ como por obra dos profissionais académicos de todas as universidades portuguesas e particularmente da dos Açores que a propósito se têm empenhado nas últimas duas décadas. Trabalhos esmerados sobre a demografia insular de Gilberta Rocha², os espaços culturais de Nestor de Sousa³ e Carlos Cordeiro e os biográficos

* Departamento de Letras, Universidade da Beira Interior.

¹ Cfr. a propósito destes o nosso trabalho, «Historiografia Açoriana (1875-1925). Breve Roteiro», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, 1988, pp. 665-689.

² Gilberta Pavão Nunes Rocha e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, «A População dos Açores no Ano de 1849», in *Arquipélago. Revista da Universidade dos Açores*, série Ciências Humanas, número especial, 1983, p.333-374; Gilberta Pavão Nunes Rocha, «Os Açores na viragem do século (1860-1930): Características da sua evolução demográfica», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Setembro de 1989, pp. 849-863, etc..

³ Nestor de Sousa, «Os "Canto" nos Jardins Paisagísticos da Ilha de São Miguel», in *Arquipélago. Revista da Universidade dos Açores*, 2.ª Série, 2000, vol. IV (n.º 1).

de Fernando Aires⁴, Carlos Guilherme Riley⁵ e de Susana Dias ou os económicos, como os de Fátima Dias, têm aparecido, trazendo para a história portuguesa uma ilha cheia de dinamismos vários.

Entre os assuntos de âmbito económico mais debatidos, aquele que tem merecido esmerada atenção prende-se com uma certa viragem económica, consequência do fim de um denominado ciclo da laranja.

Na entrada para o último quartel do século XIX e ao longo do mesmo, tentar-se-á sair das graves crises, que ameaçavam a economia agrícola tradicional açoriana, com novos cultivos: o ananás⁶, a batata doce com intuítos de transformação industrial⁷, o chá⁸, o tabaco, já antes tentado⁹ e sobretudo o desenvolvimento da pecuária¹⁰. Neste processo, feito de experiências, reflexões, intervenções no Parlamento por vozes autorizadas¹¹,

⁴ José do Canto, *Subsídios para a História Micaelense, 1820-1898*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982.

⁵ Carlos Guilherme Riley, «José do Canto. Um gentleman farmer açoriano», in *Análise Social*, vol. XXXVI (160), 2001, 685-709

⁶ Botelho Gusmão, «Guia do Cultivador de Ananases na Ilha de S. Miguel, in *O Cultivador*, Ponta Delgada, n.º 19, 1874.

⁷ José Canavarro Faria e Maia, *Alcoolização da Batata Doce na Ilha de S. Miguel*, Lisboa, 1895.

⁸ Gabriel de Almeida, *Breve notícia sobre a cultura da planta do chá*, Ponta Delgada, Typographia Imparcial, 1883 e *Guia do Cultivador e Manipulador do chá*, Lisboa, 1883.

⁹ Vicente José Ferreira Cardoso, *Considerações sobre o proveito da cultura do tabaco em S. Miguel*, Ponta Delgada, o Agricultor Michaelense, 1848; Francisco Maria Supico, *Poucas linhas sobre o tabaco*, Ponta Delgada, Typographia da Persuasão, 1864; João Marcelino de Mesquita, *Guia do Cultivador do Tabaco nas Ilhas dos Açores*, Angra do Heroísmo, Typographia M.J.P. Leal, 1865; José Bensaúde, «Memória sobre o modo de levantar a cultura e a indústria do tabaco nas ilhas», in *Inquérito Industrial*, Imprensa Nacional, 1881 e *A Questão do Tabaco nas Ilhas*, S. Miguel, Typographia dos Açores, 1888 e Gabriel de Almeida, «Rápida Memória sobre o Tabaco», in José do Canto, *Miscelânea*, Ponta Delgada, 1883.

¹⁰ António d'Andrade A. Bettencourt, *A Indústria Pecuária nos Açores. O que foi é e pode ser*, Lisboa, Typographia Adolpho, Modesto & C.ª, 1887.

¹¹ Hintze Ribeiro, *Questões Parlamentares de 1888: A questão dos tabacos (sessões de 14 e 15 de Maio de 1888 e a questão dos alcools (sessão de 6 de Julho de 1888)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888 e Jacinto Cândido da Silva, *A Questão do Tabaco nos Açores, discurso proferido na Câmara dos Senhores Deputados na Sessão de 6 de Maio de 1889*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

actos administrativos pertinentes, exposições¹², e outras medidas estarão implicados todos os estratos sociais dos mais ao menos cultos, autores¹³ e simples curiosos, nobres e burgueses, artífices e lavradores, portugueses e estrangeiros¹⁴.

Sendo a terra a primacial geradora de receitas em S. Miguel e o factor catalisador da circulação das espécies monetárias, a procura do escoamento da produção torna-se premente. Em crise, encontrar-se-iam os pomares de laranjeiras por doença que atingiu violentamente as árvores como querem uns ou por mercados alternativos de abastecimento dos consumidores ingleses como descobrem outros. O facto tinha sido notado por W.R. Kettle, no período em causa: «S. Miguel é bem conhecido pela bela qualidade daquelas (laranjas). Infelizmente, com a doença das laranjeiras, e baixo preço da fruta exportada, os cultivadores actualmente arrancam as laranjeiras para cultivarem a batata doce, que vendem aos destiladores de álcool. As principais produções agrícolas, além da batata doce, são milho e fava, que se exportam em grande escala, não se desperdiçando a menor parcela de terreno aproveitável»¹⁵. Cinquenta anos antes desta observação, um outro inglês tinha notado o empenho dos seus compatriotas na rendibilização das quintas micaelenses¹⁶.

Nós cremos que nem a moléstia que atingiu as árvores foi tão grave, nem os mercados alternativos funcionaram de forma tão imediata e o

¹² *Catálogo da Exposição Districtal d'Artes e Industrias de Ponta Delgada, realizada em 18 de Maio de 1895, no edifício da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense*, Ponta Delgada, Typographia Elzeviriana, 1895.

¹³ Caetano de Andrade Albuquerque, *Um Michaelense. A Questão da Relação dos Açores*, Coimbra, Março de 1867 e *As Inundações nas Sete Cidades - Memória Apresentada à Junta Geral do Districto de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Typographia Imparcial, 1883. Que deve ser o Dr. Caetano de Andrade, proprietário de 25 parcelas de pomares de laranjeiras em Capelas, 20 dos quais ele administra directamente. Também Francisco de Arruda (Furtado) autor de *Materiaes para o Estudo Anthropológico dos Povos Açorianos, Observações sobre o Povo Michaelense*, Ponta Delgada, Typographia Popular, 1884.

¹⁴ Em Capelas, ao tempo, era particularmente activo o inglês John George Adam (João Jorge Adão) e o judeu Manuel Conquy (Manuel Conque).

¹⁵ W. R. Kettle, «Notícia da Ilha de S. Miguel. 1886», *Arquivo dos Açores*, vol. IX, Ponta Delgada, 1982, p. 10.

¹⁶ Capitão Boid, «Descrições dos Açores ou Ilhas Ocidentais», London, 1835, in *Insulana* (trad. De João H. Anglin), V, n. 1 e 2, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1949.

assunto deve continuar a ser estudado¹⁷ e de preferência no terreno que é onde tudo se cria. De considerar, não só no tocante à produção da laranja, mas a todas as outras produções, a redução gradativa da superfície de exploração pelo aumento demográfico e natural esgotamento dos espaços arroteáveis e pulverização da propriedade. As famílias numerosas levavam a uma partilha da terra até ao ponto em que as explorações agrícolas deixavam de apresentar qualquer rendibilidade ou capacidade de responder aos encargos. Tinha-se, pois, atingido o limite da possibilidade de partilha da terra. Maria de Jesus Medeiros e o seu marido dispunham na Travessa do Loural de cerca de 13^{aq}s¹⁸ de terra com um bom pomar de laranjeiras que em anos normais podia ultrapassar a produção de dez caixas de laranjas. Quando ficou viúva, teve de retirar sete parcelas para os sete filhos. O processo multiplicado obrigaria a chegar a leiras ínfimas.

Ora o terreno mais fértil dos historiadores são os documentos, particularmente os que surgem de novo, já que nos mais antigos, só muita inteligência ou raro talento podem descobrir novidades. Felizmente somos depositário de um desses novos documentos que o herdeiro de um dos arroladores capelenses citados abaixo nos fez chegar às mãos, nos permitiu a elaboração do presente artigo e conservaremos até ao seu total tratamento histórico em forma de livro para depois ser entregue a instituição competente. Este códice manuscrito conserva os 99 fólios numerados tendo-se perdido parte do fólio de encerramento e índice que se estendia ao fólio 101. A abertura do códice indica o objectivo do mesmo como cito sem necessitar mais palavras de apresentação:

«Arrolamento Predial e Urbano.

Há-de servir este livro para nelle se haver lançar todos os predios existentes na freguesia de Nossa Senhora d'Apresentação da Villa das Capellas com a designação do sitio da propriedade, nome e morada do proprietario, qualidade do predio, medição, classe e seu rendimento annual, cujo arrolamento tem de ser feito pelos

¹⁷ A produção calculada para os pomares de laranjeiras de Capelas em 1882 é idêntica à colheita da safra de 1864/1865. Cfr. A propósito desta os números in Maria de Fátima Silva de Sequeira Dias, *Uma Estratégia de Sucesso numa Economia Periférica: A Casa Bensaúde e os Açores (1800-1873)*, vol. I, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, p. 329.

¹⁸ Utilizamos ^{aq}s como abreviatura de alqueires.

informadores louvados, Antonio Francisco do Rego Meirelles, José Jacintho Simões, Nicolao dos Reis e Silva e Manoel Duarte de Oliveira, este do lugar de Sam Vicente e aquelles desta villa das Capellas, com principio em vinte de Março de 1882, tendo no fim o seu competente enserramento».

Capelas e seu termo: a toponímia, as gentes, as instituições e a habitação

Correu já mais de uma dezena de anos que fizemos publicar um pequeno estudo sobre a encosta norte de S. Miguel, nomeadamente o concelho da Ribeira Grande no século XVI, inserindo nele um quadro de conexões toponímicas. Ao debruçarmo-nos sobre espaço quase contíguo da mesma ilha, Capelas, sentimos também a necessidade de compreender alguns dos topónimos, estes mais vetustos de três séculos do que aqueles, mas certamente ainda com ressonâncias originais, algumas verdadeiramente interessantes. Particularmente fomos despertados por uma das designações que parece primordial: a Rua do Teatro, que cidadão médio do continente português associaria a Gil Vicente, mas não ao Espírito Santo que, pelo contrário, iluminaria o mais humilde açoriano.

Vila das Capelas - Conexões Toponímicas

Conexão	Topónimo
Actividade Administrativa	Cerrado do Capitão, Chão do Concelho, Espigão do Contador, Espigão do Meirinho, Oito Alqueires, Terças
Actividade Produtiva	Abelheira, Martelo, Mingachos, Odres (Rua dos), Pá Pique, Pedreira (Rua da)
Actividade Produtiva, Agricultura	Canada das Vinhas, Rocinhas,
Actividade Produtiva, Pecuária	Cerrado das Vacas, Roça das Mulas,
Cobertura Vegetal	Amoreiras, Junqueiras, Loural, Loural (Rua do) (Travessa do... para a Grota Cádima), Mato do Pereiro, Mato Queimado, Murtas, Sertão, Tocos, Pico do Cedro,
Defesa	Charco do Forte

Vila das Capelas - Conexões Toponímicas (continuação)

Conexão	Topónimo
Figuras Humanas (Caracterização)	Canto do Negro, Curral da Negra, Pico da Mulata,
Figuras Humanas. Senhores	Beco de José Botelho, Beco de Manuel de Melo, Canada de José de Melo, Canto de Manuel Inácio para o Rossio, Espigão de D. Francisca, Espigão João Alves, Marqueza, Lomba de Caetano de Andrade, Travessa José de Freitas, Rua de André Manuel, Rua de Francisco Machado, Rua de Vicente Borges,
Figuras Humanas, Típicas	Rua da Luisinha,
Figuras Humanas. Actividade	Rua dos Monteiros, Rua do Padre Inácio, Cerrado das Freiras,
Hidrografia	Alagoinhas, Fontainhas, Fonte do Ferro, Fonte do Maranhão, Fonte do Maranhão (Rua para a Fonte do), Fontes, Fontes (Chão das) (Pico das) (Rocha das), Paul,
Mar	Baleeiro, Cais (Rua do), Navio, Navio (Canada ao) (Sertão ao), Porto (Rua do)
Morfologia do Terreno	Algares, Boqueirão, Cabeçadinhas, Cabeços, Cascalho, Cova do Moço, Espigão de entre as Grotas, Espigão da Lajinha, Fajã do Poio, Fundões, Grotta da Cadima, Grotta da Cadima (caminho para a), Grotilhão, Grotilhão (Rua Nova do), Montes Guinados, Pico (Chão do), Poços ao Navio, Oiteiro Alto, Soalheira,
Mundividência religiosa	Anjo da Guarda, Cemitério, Conceição (N.S ^a da) (Cantos da), Cruz de Pau, Cruz de Pedra, Cruzeiro das Capelas, Cruzeiro (Rua para), Teatro Novo, Teatro Novo (Rua do), Três Cruzes, Três Cruzes (Beco das) (Beco de Baixo das) (Beco de Cima das) (Rua das), Rosário, Rosário (Rua para o), Rosário (Rua do), Igreja, Igreja (Rua da) (Rua para), Santa Ana, Santa Ana (Rua de) (Beco de)
Ordenamento Fundiário	Cerrado dos Caminhos, Cerrado Grande, Cerrado dos Homens, Cancelinhas, Courelinhas, Portal Grosso, Roça de Manta, Rocinhas,
Ordenamento Urbano	Rossio, Rossio (rua para), Praça (rua da), Praça das Capelas
Quotidiano	Maranhão, Maranhão (Monte do)
Vias de Comunicação	Canada Larga, Canada do Monte, Estrada Nova, Quatro Canadas, Quatro Canadas (das...para a Grotta)
Vizinhança	Terra da Ribeira Grande

Que forças agregam as comunidades, quaisquer que sejam as designações, aldeia, freguesia, vila, cidade, concelho? Que forças as desagregam, despovoam, apagam as suas lareiras? A riqueza dos solos, a força das tradições, a sua cultura, aguentarão sempre a pressão das sociedades envolventes?

Nós cremos que, no final do século XIX, se desenhava já uma avalanche massificadora a partir de Ponta Delgada que reduziria ao que hoje está a ser a vila das Capelas: um arrabalde daquela cidade.

Como é que os processos de identificação e de polarização se desenrolaram nos cinco séculos de história daquela vila?

Nas primeiras décadas de povoamento de S. Miguel, últimas de Quatrocentos e primeiras de Quinhentos, Capelas obedeceu a Vila Franca do Campo. Os ainda raros habitantes fortalecidos por alguns eremitas levantaram os seus impérios, os seus «teatros», rezaram ao Senhor Santo Espírito, trocaram bens e sentiram a mesma dificuldade de pagar foros e rendas. Os senhorios que os dividiam uniram-nos na dificuldade dos pagamentos e dos juízos que tinham de ser feitos, lá bem longe, naquela sede de concelho e residência de titulares.

A situação alterou-se um pouco, quando a sede de concelho foi mudada para Ponta Delgada¹⁹. Mas já então se desenhava a força desta cidade que não permitiu por muito tempo o fenómeno de Capelas querer gerir o seu destino através da sua própria elite, cedo atraída para aquela urbe.

No entanto, o fim dos elos administrativos iniciais a Vila Franca do Campo não apagou as marcas residuais de outra índole particularmente no tocante à propriedade da terra, podendo-se ainda no final do século XIX, enumerar algumas figuras da primeira capital da ilha explorando a terra capelense como senhorios de foros, proprietários e procuradores como o é o caso do Visconde de Botelho.

Tornada concelho, a vila das Capelas, em S. Miguel, Açores, contava nas suas cerca de 2.100 casas um pouco mais de 9.000 habitantes em meados do século XIX²⁰. Além da sede do concelho, compunham este

¹⁹ ANTT., *Livro das Ilhas*, fl. 200: 1515 Agosto 8, Lisboa, «Carta de D. Manuel desanexando os logares das Feteiras, Mosteiros, Capellas e Fennaes, do concelho de Villa-Franca, e unindo-os ao de Ponta Delgada da ilha de S. Miguel.

²⁰ Cfr. Gilberta Pavão Nunes Rocha e Vitor Luís Gaspar Rodrigues, «A População dos Açores no Ano de 1849», in *Arquipélago. Revista da Universidade dos Açores*, série Ciências Humanas, número especial, 1983, p. 367.

ainda as freguesias de S. Vicente Ferreira, Fenais da Luz, Santo António e Bretanha.

Entretanto, um conjunto de instituições locais sustentavam, sedimentavam a comunidade local, irmanando-a em confrarias e unindo-a em paróquias. Estas instituições estabelecidas localmente confrontavam-se no final do século XIX, quando o concelho já tinha sido extinto, com a acção das estabelecidas em Ponta Delgada, particularmente da Misericórdia e do Asilo e obviamente da Câmara Municipal.

Instituições interventoras em Capelas

Locais	Exógenas
Confraria do Rosário	Asilo de Ponta Delgada, ²¹
Confraria do Santíssimo Sacramento das Capelas	Câmara Municipal de Ponta Delgada ²²
Confraria de S. Pedro Gonçalves	Misericórdia de Ponta Delgada ²³
Irmandade do Senhor Espírito Santo da Igreja	
Irmandade do Senhor Espírito Santo do Sertão	
Irmandade do Senhor Espírito Santo do Maranhão	
Irmandade do Espírito Santo do Teatro Novo	
Junta da Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação	
Junta da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição	

Ainda que todos iguais perante Deus e sentindo a obrigação da partilha do pão de cada dia, certamente, os elementos da comunidade capelense, como a maioria das comunidades humanas encontravam-se em situação bem diferenciada em relação à propriedade e exploração da terra e as situações de riqueza eram manifestas a vários níveis, designadamente da habitação.

²¹ Aqui, residia então José Lindo, que dispunha de uma casa na Rua da Pedreira em Capelas, habitada por uma filha e obrigada em 1.250^{rs} (réis, doravante abreviado sempre assim) e um frango a Manuel José de Freitas.

²² Pagava 5.000^{rs} a João Soares de Albergaria pelo terreno do Cemitério.

²³ De notar que esta instituição estava muito direccionada para beneficiar de doações. Assim seria quando recebia parte de foros, caso dos 12,5 alqueires de trigo da terra de que era foreiro Tomás Soares de Albergaria, na Cova do Moço, à Condessa de Redondo.

Avaliação das habitações em Capelas pelo rendimento em réis em 1882

Distribuição (rendimento em réis)	Habitações
15.001-20.000	5
10.001-15.000	9
5.001-10.000	14
2.001-5.000	38
1.001-2.000	151
601-1.000	274
<600	171
Total	662

Avaliação das casas por ruas em Capelas pelo rendimento em réis em 1882

Localização	<600	601-1000	1001-2000	2001-5000	5001-10000	10001-15000	15001-20000	Total
Amoreiras	1	1	1	0	0	0	0	3
André Manuel	0	11	2	1	1	0	1	3
Anjo da Guarda	2	17	9	0	0	0	0	28
Baleeiro	1	0	0	0	0	0	0	1
Beco J. Botelho	2	6	0	0	0	0	0	8
Beco M. Melo	3	1	1	0	0	0	0	5
Cais	4	9	10	1	0	1	0	25
C. M. Inácio	0	2	4	0	0	0	0	6
C. do Norte	0	1	1	0	0	0	0	2
Cantos da Conc.	0	0	2	1	0	0	0	3
Cascalho	0	2	3	0	0	0	0	5
Ch. do Concelho	1	0	1	1	0	0	0	3
Conceição	4	9	8	4	1	2	0	28
Cruz de Pedra	20	14	6	1	1	0	0	42
Cruzeiro	6	21	14	9	1	1	0	52
F. Machado	1	7	4	0	0	0	0	12
Fundões	2	1	1	0	0	0	0	4
Grota Cadima	3	6	4	1	1	0	0	15

**Avaliação das casas por ruas em Capelas pelo rendimento
em réis em 1882 (continuação)**

Localização	<600	601-1000	1001-2000	2001-5000	5001-10000	10001-15000	15001-20000	Total
Grota do Moço	11	5	1	0	0	0	0	17
Grotilhão	0	0	1	0	0	0	0	1
Igreja	0	11	7	3	0	1	3	25
Loural	3	21	2	0	0	0	0	26
Luisinha	0	11	1	0	0	0	0	12
Maranhão	25	34	19	1	0	0	0	79
Marquesa	1	2	0	0	0	1	0	4
Monte do Mar	0	0	1	0	0	0	0	1
Murtas	8	0	2	0	2	0	0	12
Odres	1	4	1	0	0	0	0	6
Padre Inácio	0	1	1	0	0	0	0	2
Pedreira	35	8	0	0	0	0	0	43
Porto	0	0	1	0	0	0	0	1
Praça	0	15	2	4	1	1	0	23
Rosário	1	6	5	3	1	1	0	17
Rossio	2	3	0	2	2	0	0	9
Santa Ana	0	11	16	1	3	1	0	32
Sertão	17	9	1	0	0	0	0	27
Teatro Novo	9	10	6	1	0	0	0	26
T. J. de Freitas	2	2	2	0	0	0	0	6
Três Cruzes	6	13	10	3	0	0	1	33
Vicente Borges	0	0	1	1	0	0	0	2
Total	171	274	151	38	14	9	5	662

Paços em cantaria, casas largas de 1º andar, casas simples de r/c, casas palhaças em pouco mais de 30 metros quadrados, numa progressão decrescente 100/10/1, ou maior ainda tendo em conta a qualidade dos cómodos, do mobiliário, das roupas, dos utensílios, eis as habitações que assentavam em S. Miguel, a pouco menos de 20 anos do início do século XX. Em Capelas, esta progressão suavizava para 50/5/1, porém as melhores casas não estavam habitadas ou assim eram declaradas para fugir ao

fisco ou eram-no apenas periodicamente, ou seja «parte do ano»²⁴ e a quase totalidade das restantes, situavam-se no intervalo mais baixo.

Numa observação rua a rua, veríamos as casas dos mais humildes, situadas ali junto à Pedreira onde as distinções sociais quase se anulavam. Gente também muito humilde, embora com algumas distinções, notadas no Maranhão e no Sertão, na Cruz de Pedra e na Grota do Moço. Gente abastada, particularmente junto à Igreja, onde não se viam casas palhaças, na Rua de André Manuel, na Praça e na Rua de Santa Ana. Nas restantes, observaríamos situações muito plurais. Do conjunto das 662 habitações, um pouco mais de metade, 338, estavam sujeitas a foro ou assentavam em terrenos que não eram isentos de encargos. O detentor de maior número de unidades urbanas, com encargos deste tipo eram: André Álvares Cabral, com 39; os herdeiros de Nicolau Maria Raposo do Amaral, com 28; a Misericórdia de Ponta Delgada, com 27; D. Jacinta Tomásia, com 23; o Barão de Nossa Senhora da Saúde, com 21; João Borges de Oliveira, com 16; Manuel José de Freitas, com 16 e o Barão da Fonte Bela, com 15. As mais humildes destas, avaliadas com rendas de 300^{rs}; não pagavam o respectivo foro e certamente os moradores não teriam capacidade de cumprir qualquer obrigação. As que efectivamente os pagavam, cumpriam obrigações entre os 10 e os 290.000^{rs} e desde um oitavo de alqueire a 167^{aq}s de trigo, mas parece-nos que a maior ou menor incidência dos encargos se prende com a superfície da instalação e por isso faremos esta análise adiante. Das que ocupavam meio alqueire ou menos de terra, avaliadas até 5.000^{rs} de renda, os encargos também pouco ultrapassam este valor ou os 5^{aq}s de trigo. O valor médio dos encargos atinge os 1.150^{rs} anuais, o que significa que geralmente os custos da habitação rondavam os 100^{rs} mensais.

Entre os moradores locais, era D. Emília da Câmara Amorim, então tutora de Francisco S. Lopes de Amorim, quem dispunha de melhor casa, com cocheira e excelente propriedade anexas, plantada de um dos mais produtivos pomares de laranjeiras e razoável vinha na Rua Para a Igreja. Em casa espaçosa de Arsénio Nunes Bago, junto à igreja, morava o pároco da freguesia José Augusto Coelho. E muito perto, em casa de dimensões idênticas de Francisco Borges de Medeiros, arrendada à Junta da Paróquia, funcionava a «Aula de Meninas». Bem menos espaçosa do que a casa do prior da freguesia era a casa do professor José Inácio de Sousa e mais ainda obrigada a foro a André Álvares Cabral.

²⁴ Assim, uma casa na Rua Para a Igreja, do Barão de Nossa Senhora da Saúde.

Em extensa propriedade, ainda que com elevadas obrigações ao Barão de Nossa Senhora da Saúde e à Condessa de Resendes, na R. de Santa Ana vivia João Soares de Albergaria. Também D. Jacinta Tomásia dispunha de agradável casa na Rua da Praça ainda que mantivesse uma pequena obrigação, incidente sobre a mesma, a André Álvares Cabral. Obviamente, as pequenas casas predominavam em número em Capelas. Umhas tantas, no entanto, com quintal anexo, assentavam geralmente num alqueire de terra. Ali, à Rua da Pedreira, em casa minúscula, coberta de palha, habitava Francisca da Encarnação Marmita. Com raras excepções, estas pequenas casas encontravam-se habitadas. Mesmo a viúva Helena do Couto, que era criada de servir em Ponta Delgada, deixou a sua, localizada ao Anjo da Guarda, ocupada, porventura por algum dos filhos.

Nas principais ruas, pequenos estabelecimentos comerciais, designados por lojas, boticas, casas de líquidos e tendas e integrados alguns nas habitações, respondiam às necessidades imediatas dos habitantes. As firmas Bensaúde e C.^a Salomão, e F.^o Abraão, Walter e Henrique, estabelecidas em Ponta Delgada estendiam os seus negócios também a Capelas.²⁵

Estabelecimentos Comerciais em Capelas

Proprietário	Localização	Rendeiro	Designação	Ren.
André Álvares Cabral	Rua P. ^a o Cruzeiro	Jacinto da Luz Ferreira	Loja	4800
Francisco Oliveira Borges	Rua das 3 Cruzes	-	Estabelecimento de líquidos	1200
Inácio Ferreira da Câmara	Rua do Cais	-	Estabelecimento de líquidos (casa)	5000
J. Medeiros Tavares Meireles	Rossio	Jacinto da Câmara Vieira	Loja e Quintal	7200
João Luís da Mota	Rua da Praça	-	Tenda	800
J. Raposo Oliveira Cabral	Cruzeiro	-	Casa com venda de líquidos	5000
João do Rego de Medeiros	Cruz de Pedra	-	Loja com líquidos	1000
D. Inês Antónia Madalena	Rossio	Manuel da Câmara Vieira	Loja e Quintal	6000
Manuel Augusto da Silva	Rua da Igreja	-	Estabelecimento de líquidos	2500
M. Joaquim Pereira Macedo	Cruzeiro	-	Botica (casa)	6000

²⁵ Maria de Fátima Silva de Sequeira Dias, *op. cit.*, p. XV.

Além das casas, mas muito próximo destas, também integrados no tecido urbano, levantavam-se alguns moinhos de vento que, em conjunto com as atafonas e um ou outro moinho de água, cumpriam a tarefa essencial da farinhação. Devemos notar o relativamente elevado número de moinhos de vento sobretudo se estabelecermos comparação com o verificado duas décadas antes no concelho de Ponta Delgada. Com efeito, em 1862, apenas eram contabilizados 4 moinhos de vento neste concelho de que então Capelas não fazia parte²⁶. E em toda a ilha, tinham sido identificados 311 moinhos de água²⁷. Não dispo de cursos de água com dimensão, tentava-se, pois, suprir com o vento a falta daquela.

A farinhação nas Capelas em 1882

Tipo de Aparelho	Localização	Proprietário	Renda
Atafona	Rua do Anjo	Filipe António da Silveira e Bettencourt	7000
Moinho de Água	Rocha das Fontes	José Maria de Sequeira	
Moinho de Água	Rocha das Fontes	José Maria de Sequeira	
Moinho de Vento	Rua do Anjo	Filipe António da Silveira e Bettencourt	7000
Moinho de Vento	Três Cruzes	João Pereira Soares	10000
Moinho de Vento	R. do Rosário	Barão da Fonte Bela	
Moinho de Vento	R. da Praça	João Álvares	7200
Moinho de Vento	R. do Cais	Alfredo Ataíde Soares Albergaria	15000
Moinho de Vento	R. André Manuel	Francisco Soeiro Lopes de Amorim	10000

No total, às parcelas urbanas de Capelas era atribuído um rendimento colectável de cerca de um conto de réis, mais precisamente 982.390^{rs}.

Os laços e alguns frutos da terra

Os direitos sobre a terra em Capelas sustentavam localmente as hierarquias sociais, também desvendadas acima nas volumetrias das habita-

²⁶ Cfr. *Almanach do Archipelago dos Açores, Estatístico, Histórico, Recreativo e Noticioso Dir. Francisco Maria Supico para os anos de 1865, 1866, 1867*, Ponta Delgada, Typographia da Persuasão, 1864, 1865, 1866, pp. 47-48, cit. in Maria de Fátima Silva de Sequeira Dias, *op. cit.*, p. 386, Quadro XXXVII.

²⁷ Cfr. *Almanach do Archipelago dos Açores (...) para os anos de 1865*, pp. 47-48.

ções, na sua localização, arquitectura, materiais utilizados, cómodos e jardins circundantes. Os laços criados por aqueles ligavam os residentes entre si e estes a um conjunto largo de figuras de toda a ilha particularmente de Ponta Delgada e, como sempre, ainda que apenas residualmente também de Lisboa, colocadas a vários níveis até aos lugares mais altos da pirâmide social. Neste relacionamento, deviam ainda considerar-se os estabelecidos através de procurações e das tutorias, que por diversos factores, particularmente a ausência e a morte, eram frequentes.

A dimensão da exploração fundiária em Capelas

Distribuição em Alqueires	Unidades de exploração ²⁸
>200	1
106,1-200	12
32,1-106	43
16,1-32	58
8,1-16	120
4,1-8	171
2,1-4	176
1,1-2	228
0,5 - 1	342
< 0,25	510
Total	1661

Com efeito, raramente a propriedade, quer das habitações quer das explorações fundiárias, se encontrava na plenitude e no caso destas, muito menos ainda associada à sua exploração directa. Metade das unidades era obrigada a foros e encargos de longo prazo, podendo-se contabilizar mais de uma centena (106) destes titulares. Entre eles, o mais representativo André Álvares Cabral titulava 79 unidades, cerca de 10 % do total das unidades foreiras (785), seguido de muito perto pela Misericórdia de Ponta Delgada com 74 unidades, mas com uma superfi-

²⁸ De notar que em 1895, havia 99045 prédios rústicos e urbanos no Distrito de Ponta Delgada. Maria Isabel João, *Os Açores no século XIX, Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Cosmos, 1991, p. 59.

cie mais reduzida e conseqüente menor rendimento. Os principais foreiros de André Álvares Cabral, com unidades extensas, eram Antônio de Sousa Arruda, com duas propriedades a rondarem os 100 alqueires de terra no Monte do Mar e ainda José de Medeiros Tavares Meireles, a Baronesa de Nossa Senhora da Oliveira e Isabel Maria Rebelo Raposo.

Os dois grandes barões de S. Miguel, o da Fonte Bela e o de Nossa Senhora da Saúde e os herdeiros de Nicolau Maria Raposo do Amaral titulavam cerca de meia centena de unidades cada um. D. Jacinta Tomásia e o inglês John George Adam detinham as principais unidades obrigadas ao Barão da Fonte Bela. Aquela, nas Fontainhas e este, no Maranhão. Curiosamente, o mesmo Barão da Fonte Bela era foreiro do Barão de Nossa Senhora da Saúde, ainda que com obrigações apenas residuais pois pagava pouco mais de 25.000^{rs} de três extensas propriedades com um total de mais de 300^{aq}s de terra no Cerrado das Vacas e do Visconde da Praia, da mata de carvalhos na Grota da Cadima de que pagava 15^{aq}s de trigo. Pela extensão, devemos ainda citar a unidade em mãos de João Soares de Albergaria, com uma excelente moradia e elevado rendimento na Rua de Santana e sujeita a foro conjunto a este Barão em dinheiro, 230.000^{rs} e à Condessa de Resendes, 20^{aq}s de trigo.

Só no número das unidades, os herdeiros de Nicolau Raposo do Amaral se aproximavam dos anteriores, porquanto, as mesmas eram de superfície reduzida e de parco rendimento. Fundamentalmente, o pecúlio destes herdeiros é composto pelo foro de 27 pequenas habitações na Rua do Maranhão.

Ainda que detivesse um pequeno número de títulos sobre a terra capelense, a Condessa de Redondo, residente em Lisboa, retirava de Capelas 150^{aq}s de trigo das obrigações sobre cerca de 260^{aq}s de terra. Duas das unidades que senhoreava atingiam cada uma os 120^{aq}s de terra e eram detidas por Filipe A. S. Bettencourt e Tomás Soares da Albergaria, respectivamente na designada Terra da Ribeira Grande e na Cova do Moço. Ainda que de menor dimensão, outras figuras da nobreza micaelense recebiam foros em Capelas. O viscondes, da Praia, das Laranjeiras, de Botelho, de Porto Formoso, as viscondessas, de Porto Carreiro e de Porto Formoso, a baronesa de Oliveira, o Conde da Ribeira de Lisboa e a Condessa da Fonte Bela de Ponta Delgada. Além deles, uma plêiade de senhores e donas de Ponta Delgada.

Senhorios mais importantes em Capelas

Nome	Parcelas	Superfície ^{aqs.}
André Álvares Cabral	79	721,90
Misericórdia P. Delgada	74	288,35
Barão da Fonte Bela	51	285,90
Barão de N.S. da Saúde	44	476,75
N. M. ^a Raposo do Amaral	40	23,20
Condessa de Redondo	7	261,25

As terras obrigadas a estes e a outros senhores por foros longos eram por outro lado, frequentemente entregues a rendeiros pelos seus detentores em prazos mais curtos.

Além de sujeitarem os detentores das terras através dos foros e encargos citados, retirando mais de 3 contos e meio de réis (3.531.232) e cerca de 3.500^{aqs} trigo (3.492), estes senhores detinham a propriedade plena de muitas outras unidades.

De novo, André Álvares Cabral nos aparece como detentor de mais de 340^{aqs} de terra isentos onde se encontravam 18 habitações. Duas unidades ultrapassavam cada uma os 100^{aqs} de terra e situavam-se no Monte do Mar e na Canada do Norte. Superfície muito idêntica à deste proprietário, mais de 330^{aqs} de terras, mas em menor número de parcelas (9), detinha o Visconde de Botelho de Vila Franca do Campo. Uma delas, situada no Paul, atingia os 200^{aqs}. Era uma das explorações mais extensas em Capelas, só ultrapassada pela de Ernesto do Canto na Fonte do Ferro, com 222^{aqs}. Ernesto do Canto dispunha de uma outra grande propriedade em Capelas, ao Pico do Cedro, com cerca de 112^{aqs} de terra. Tal como esta figura influente do meio cultural de Ponta Delgada, também João Leite Pacheco de Bettencourt, da mesma cidade, dispunha de poucas, mas grandes explorações isentas, em Capelas, ao todo cerca de 300^{aqs} de terra em três unidades, uma delas em Pá Pique com 180^{aqs}. Todavia este senhor dispunha de numerosas parcelas e casas na Grota do Moço e nas Amoreiras sujeitas a Alexandre Soares Botelho de Gusmão a quem anualmente pagava elevados encargos, 480.000^{rs}.

Quem também ultrapassava os 300^{aqs} de terra na vila das Capelas era Leonel Tavares do Canto Taveira, da Ribeira Grande, cuja principal unidade no Curral da Negra atingia os 180^{aqs}.

Como o citado acima Dr. Ernesto do Canto, o Dr. Agostinho Machado Faria e Maia tentava valorizar as suas poucas, mas extensas parcelas, porém de má qualidade agrícola. Particularmente era-lhe cara a parcela dos Espantalinhos com 163^{aq}s, que fazia plantar de pinheiros, atre-moçar e cultivar de milho.

Mais de duas dezenas de proprietários, considerados ausentes, fa-zi-am-se representar através de procuradores. Contrariamente aos anteriores, que manifestavam periodicamente a sua presença, estes ter-se-iam ausentado com carácter definitivo, em alguns casos para o estrangeiro. Entre eles, é citado o Dr. Ernesto Ribeiro, porventura Adolfo Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, que deixou alguns alqueires de terra e uma boa casa na Conceição antes de fazer carreira política de mérito no Parlamento e no Governo do Reino, em Lisboa. Alfredo Ataíde Soares de Albergaria, con-tava 21 parcelas com 19 habitações e um moinho de vento na Rua do Cais que lhe proporcionavam cerca de 70.000^{rs} de rendimento. Todavia, ainda assim, escasso. Porventura uma das razões da ausência de cariz definitivo terá sido mesmo a pequena dimensão da propriedade destes. Com efeito, só dois deles dispunham de parcelas com mais de 20^{aq}s de terra, o Dr. M. J. Botelho de Gusmão e F. Medeiros de Albuquerque. Aquele era repre-sentado pelo Visconde de Botelho, de Vila Franca do Campo e este por João Bernardo de Abreu e Lima, de Ponta Delgada.

Geralmente, os grandes proprietários, residentes próximo das suas terras, arrendavam-nas com prazos muito curtos. Por outro lado, a neces-sidade de dinheiro impôs hipotecas a alguns e muitas das unidades assu-miam emprazamentos até ao seu resgate. Outras terras teriam mesmo dificuldade de serem libertas de encargos deste tipo porque vinham de tempos imemoriais ou tinham sido vendidas ou adquiridas com esses encargos²⁹ ou aceites para exploração com foros ou direitos de explora-ção que deviam ser cumpridos religiosamente para serem mantidas. Notemos, no entanto, que alguns destes, pela pequena dimensão, nos parecem apenas residuais³⁰. Assim, o mesmo agricultor podia dispor de terra em situação variada. Era proprietário de terras isentas, de terras sujeitas a dízimo, de terras com encargos senhoriais, financeiros, era ren-

²⁹ O inglês João Jorge Adão explorava terras foreiras do Barão da Fonte Bela que teria adquirido com encargos em cereal.

³⁰ Caso dos foros recebidos pela Condessa de Redondo, residente em Lisboa.

deiro etc.. E mesmo os senhores colocados no vértice da pirâmide eram obrigados anualmente a encargos perante outros senhores. Assim, o todo poderoso Barão da Fonte Bela dispunha de terras de pasto extensas no Cerrado das Vacas que arrendava a rendeiros locais, mas de que anualmente pagava mais de 25.000^{rs} de foro ao Barão de Nossa Senhora da Saúde. E o muito afortunado André Álvares Cabral pagava dos seus melhores pomares e habitação, na Rua de André Manuel, 60^{aq}s de trigo aos herdeiros de Francisco Afonso.

Os encargos mais elevados eram exigidos aos rendeiros das terras. Porém, algumas vezes, recebida a renda, devendo liquidar com esta os foros e obrigações senhoriais, aos proprietários pouco restava. Mas aqueles não ficavam melhor, sobretudo quando o ano agrícola correrá mal ou o escoamento da produção não se tinha verificado nas melhores condições e não se torna difícil dar exemplos. Em quatro propriedades da viúva Francisca de Oliveira, com 12 alqueires de terra cada uma, no Maranhão, nas mãos de quatro rendeiros e todas com encargos ao Barão de Nossa Senhora da Saúde, era necessária toda a produção de milho para satisfazer a respectiva renda, destinando-se por seu turno mais de metade desta a satisfazer os encargos ao dito Barão.

De notar que, no Nordeste, na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, na mesma data, a situação da maioria dos moradores face ao rendimento não se apresentava menos grave.

Rendimento colectável no Nordeste³¹

Rendimentos ^{rs} .	% no total do Rendimento	Beneficiários	% no total dos Moradores
> 1.000.000	21	2 ³²	0,45
<1.000.000 - 100.000	31	14	3,21
<100.000 - 50.000	48	32	7,34
<50.000		388	89
Total	100	436	100

³¹ Quadro elaborado a partir das informações em David Luna de Carvalho, «Os Alevantes da República no Concelho de Nordeste da Ilha de S. Miguel - 1911» in *Ler História* 38 (2000), pp. 175-196, nota 10, p. 179.

³² João Raposo Benevides de Feteiras e Conde da Ribeira Grande.

Aceite a terra normalmente como geradora de receitas, os beneficiários dos encargos não se compadeciam com as dificuldades dos que não cumpriam e logo que podiam transferiam a exploração da mesma³³.

Não nos parece que a comunidade judia de Ponta Delgada manifeste muito interesse na terra capelense, ainda que encontremos alguns procuradores representados por elementos considerados daquela como é o caso de José Bensaúde que representa D. Maria Carlota.

As Grandes Unidades eram dotadas de excelentes moradias como a da Baronesa de Nossa Senhora de Oliveira ainda que parte dela obrigada a André Álvares Cabral.

Sem dúvida, Capelas constituía uma vila com fortes pressões exógenas de todo o género e as principais decisões relativas às suas dinâmicas económicas e sociais deslocadas do seu espaço, tomadas, quase sempre, em Ponta Delgada, faziam dela uma espécie de reserva territorial e por consequência uma garantia financeira. Com efeito muita da terra capelense estava obrigada a foros e encargos em dinheiro, constituídos porventura por hipotecas e outros processos que os arquivos notariais poderão desvendar.

Com efeito, no último quartel do século XIX, os recebedores daqueles ainda vinham todos os anos, como nos tempos mais antigos, receber foros, em dinheiro, galinhas, trigo, mesmo das terras daqueles que se diziam seus proprietários. Todavia frequentemente estes também estavam ausentes e mandavam os feitores receber as rendas dos seus rendeiros e pagar as obrigações àqueles. Sempre presentes, cumprindo as palavras do evangelho, estavam os pobres, por vezes, deficientes e outros miseráveis.

Na espera desesperada daqueles recebedores, viviam tristes Florinda e Maria de Jesus, viúvas da Conceição, em pequenas casas cobertas de palha. Como iriam inventar no fim de cada ano 1.000^{rs}? Como esconderiam a melhor galinha que o opulento Barão da Fonte Bela lhe faria retirar pelos seus servidores incapazes de piedade. Nem idênticos serviços de André Álvares Cabral ou os de Francisco Botelho de Melo perdoariam os alqueires de trigo a que as deficientes visuais Teresa de Jesus e Ana de Jesus eram obrigadas pela pouca terra de que dispunham

³³ Assim terá acontecido com o pescador Jacinto de Sousa que «passou» 3,5 alqueires de terra obrigada a Luís B. Corte Real para a posse de Manuel de Medeiros.

na Abelheira. Triste serem pobres e mais ainda deficientes, porque necessariamente sujeitas à caridade dos actos de publicidade dos seus senhores, que não era necessariamente cristã.

Estes senhores não se compadeceriam mesmo perante casas arruinadas e receberiam o acordado, caso da casa que fora de João Martins na R. da Praça.

Pela conferência da propriedade da terra capelense, podemos supor que os senhores de Ponta Delgada faziam daquela um reservatório produtivo que podiam comandar fomentando este ou aquele cultivo de acordo às saídas do mercado e à capacidade transformadora instalada em Ponta Delgada.

Já acima dissemos que apenas uma das quintas que Ernesto do Canto dispunha em Capelas ultrapassava os 200^{aqs} de terra. Certamente predominavam largamente as pequenas unidades de menos de 1/4 de alqueire, geralmente junto das principais ruas da vila e associadas por vezes à habitação.

Guardando para âmbito mais alargado do que este artigo o tratamento de outras produções, pela sua pertinência, vejamos como prosseguia a produção de laranja em período já anunciado de crise.

Nos Finais de Quinhentos, Gaspar Frutuoso cita de Jorge Nunes Botelho um extenso pomar de laranjeiras em Rosto de Cão com mais de uma centena de árvores. Este pomar sobreviveu a diversas gerações até que a dita «doença da lágrima» o destruiu correria já o século XIX em três décadas. Frei Agostinho de Montalverne confirma o desenvolvimento e a melhoria da qualidade da produção de laranja em S. Miguel até ao tempo em que escreveu a sua *Chronica Monastica dos Açores*. O enriquecimento inglês derivado da industrialização favoreceu o cultivo deste fruto nestas ilhas de onde começaram a ser exportadas em quantidades assinaláveis para aquele mercado³⁴.

Eram de qualidade reconhecida as laranjas açorianas, sobretudo, como notam alguns, quando o fruto amadurecia nas árvores³⁵, observação

³⁴ «Nota Histórica sobre a cultura da Laranjeira doce em Portugal e nos Açores» in *O Jorgense*, n.º 20 de 1 de Agosto de 1872, reproduzido in *Arquivo dos Açores*, vol. III, Ponta Delgada, 1981, pp. 354-358.

³⁵ Assim, J. W Webster, «A Ilha de S. Miguel em 1821», in *Arquivo dos Açores*, vol. XIII, Ponta Delgada, 1983, p. 150.

que indicia que nem sempre tal acontecia, carregando-se os navios com caixas de frutos ainda verdes para chegarem em bom estado aos portos de destino. Em 1821, também parecia claro ao observador estrangeiro que os cuidados com as árvores, exposição solar, tratamentos contra os insectos e os ratos não eram os melhores, podendo-se aumentar e qualificar a produção. Todavia, até à década de 70, a produção de laranja mantém-se próspera, com algumas colheitas excepcionais.

Na vila das Capelas, encontramos, em 1882, dois grandes senhores interessados na produção de laranja. Simultaneamente produtor e senhorio de pomares de laranjas, o Barão da Fonte Bela Amâncio explorava directamente ou por rendeiros algumas extensas unidades, em total de cerca de 135^{aq^s} de terra, situadas no Rosário, uma delas com 94^{aq^s}, e na Conceição, e a capacidade produtiva de 102 caixas de laranja. Das terras senhoreadas, com a superfície de 76^{aq^s} e a capacidade produtiva de 53 caixas de laranja, recebia de foros 79.450^{rs} e 179,5^{aq^s} de trigo. O inglês John George Adam (João Jorge Adão), António de Sousa Arruda, o Reverendo Elisardo José Tavares e Francisco Maria Coutinho eram os seus maiores foreiros. Porém, o grande beneficiário da produção de laranja em Capelas era André Álvares Cabral. Este senhor recebia 248^{aq^s} de trigo e 305.500^{rs} de foros de 39 pomares de laranjeiras, dispersos pelo termo da freguesia, com a capacidade produtiva de 281 caixas e superfícies entre o meio alqueire e os 96^{aq^s}, em total de 442^{aq^s} de terra. Exercia ainda senhorio misto em terra de 18 alqueires no Lournal com D. Ana Quental e nos Mingachos, terra de 30^{aq^s}, com Simão do Quental, que aumentava aquele rendimento em algumas dezenas de milhares de réis. Estes pomares foreiros de André Álvares Cabral situavam-se particularmente na Cruz de Pedra, nos Fundões, na Rua Para o Rosário, e nas Três Cruzes, mas também e de dimensões assinaláveis na Canada do Norte e Estrada Nova, na Grota da Cádima, Travessa José de Freitas, ruas da Praça e Para a Igreja e particularmente no Monte do Mar. Algumas personalidades importantes como a Baronesa de Nossa Senhora de Oliveira, António de Sousa Arruda, D. Jacinta Tomásia, a viúva, residente em Ponta Delgada, D. Isabel Maria Rebelo Raposo, Manuel Inácio dos Reis e Manuel Álvares Cabral são seus foreiros. Curiosamente o mesmo André Álvares Cabral explorava uma terra com 90^{aq^s} de superfície e a capacidade produtiva de 65 caixas de laranja, na Rua de André Manuel, foreira aos herdeiros de Francisco Afonso em 60 alqueires de trigo.

Uma das foreiras de André Álvares Cabral era a Baronesa de Nossa Senhora da Oliveira de Ponta Delgada, que, por seu turno, explorava directamente alguns extensos pomares particularmente nas Murtas e na Grotta Cadima.

Espreitando os lugares cimeiros desta pirâmide, o Dr. Caetano de Andrade (de Albuquerque)³⁶ simultaneamente produtor e senhorio, com pequenas propriedades, de dimensão entre 0,5 e 8,5^{aq}s, dispersas junto às ruas do Loural, Nova, Luisinha, B. M. Melo e Conceição, poderia colocar no mercado 44 caixas de laranjas colhidas em pouco mais de 31^{aq}s de terra, recebendo das terras foreiras, dedicadas à produção destes frutos, cerca de um terço do total, 12.900^{rs} e 1 alqueire de trigo e três quartas. Devemos referenciar, no entanto, que o essencial da propriedade desta figura se compunha de pastagens e se encontrava em lugar que ganhara o seu nome a Lomba de Caetano de Andrade, onde dispunha de 204,5^{aq}s de terra que arrendava ao ano por 1.100.000^{rs}.

Um pouco menos imunes às desgraças das conjunturas, dependendo muito do seu talento e trabalho, frequentemente em outros sectores, encontramos a meio das pirâmides, os detentores de propriedades isentas, com suficiente capacidade produtiva, podendo em alguns casos explorar propriedades com encargos por vezes elevados como são os casos de António Borges de Medeiros, António Francisco do Rego Meireles, António de S. Arruda, do inglês John George Adam, José Rebelo Borges de Castro e D. Tomásia da Silva Machado.

António Borges de Medeiros dispunha de duas explorações, muito próximas, senão contíguas, às Murtas, uma de razoável dimensão, de propriedade plena e totalmente dedicada a pomar, com elevada capacidade produtiva, 45 caixas e outra com algumas laranjeiras, destinada ao cultivo do milho e com o encargo de 17.000^{rs} a José do Canto Brum, ambas com casas. Será este o António Borges de Medeiros da Câmara e Sousa que entretanto obtém os títulos de 1º Conde (1881) e Marquês da Praia e Monforte (1890)?

Médio produtor com terras isentas, 45^{aq}s, com a capacidade produtiva de 44 caixas de laranja, e foreiras, 15^{aq}s, à Misericórdia de Ponta Delgada e outras pequenas explorações, com pequenos foros, do Barão de Nossa

³⁶ Será o autor Caetano de Andrade Albuquerque, *Um Michaelense. A Questão da Relação dos Açores*, Ponta Delgada, Coimbra, Março de 1867. A quem José Bensaúde organizou a respectiva casa agrícola como informa Fátima Sequeira Dias, «Ernesto do Canto. Um homem rico», in *Arquipélago. História*, 2ª série. IV, n.º 1(2000), p. 28.

Senhora da Saúde e do Dr. Henrique de Medeiros, António Francisco do Rego Meireles poderia colocar no mercado pouco mais de 50 caixas de laranja. As suas maiores unidades situavam-se na rua de Francisco Machado.

Já citamos António de Sousa Arruda, de Ponta Delgada, foreiro de uma grande parcela de André Álvares Cabral, de uma outra média do Barão da Fonte Bela, e simultaneamente senhor de pequenas explorações nas Murtas e nas Três Cruzes.

John George Adam dispunha no lugar do Maranhão de 91,25^{aq}s de terra com encargos elevados em cereal ao Barão da Fonte Bela. Curiosamente, os seus pomares cresciam isolados ou para sermos mais rigoroso acompanhados apenas pelo de um outro inglês Manuel Congue, o que significa que houve uma verdadeira iniciativa da sua parte e não um acto de imitação.

Elevados encargos pela extensa quinta com duas casas e pomar de laranjeiras de que dispunha nas Murtas pagava D. Tomásia da Silva Machado, de Ponta Delgada, 60 alqueires de trigo a Clemente Joaquim da Costa e 24, 75^{aq}s e três galinhas aos herdeiros de António de Melo Correia, moradores em Lisboa. Uma das quintas mais extensas de Capelas estava nas mãos de João Soares de Albergaria, com elevados encargos ao Barão de Nossa Senhora da Saúde e a Catarina Resendes, não sendo grande a capacidade produtiva.

Uma das melhores casas de Capelas, na Conceição, associada a um extenso pomar de razoável produção, pertencia a José Rebelo Borges de Castro que vivia em Ponta Delgada.

Certamente os produtores ausentes, mormente residentes em Ponta Delgada como a já citada D. Tomásia S. Machado, Manuel Inácio dos Reis e Silva³⁷ e Manuel de Medeiros Albuquerque não conseguiam das suas propriedades, ainda que as explorassem directamente, os mesmos níveis de rendimento dos anteriores. De igual modo, o Reverendo Padre Elizardo de José Tavares, morador em Santana, teria muita dificuldade em manter uma razoável produção nos seus pomares dispersos. Com efeito, torna-se evidente que a melhor relação superfície/produção era conseguida pela proximidade do proprietário nos pequenos quintais destinando-se os frutos ao consumo familiar. Outras parcelas, foreiras ou arrendadas

³⁷ Este dispunha de uma casa excelente na exploração foreira a André Álvares Cabral na Cruz de Pedra. Residindo em Ponta Delgada, quem a ocuparia? Uma vez que não indica nome de rendeiro.

quase sempre produziriam pão e outros géneros destinados a autoconsumo com era o caso de Francisco Luís Tavares. Esta regra da proximidade nem sempre se aplicava. A qualidade da terra e a idade das árvores alteravam-na com frequência. Com efeito, encontramos muitos moradores de Ponta Delgada com excelente produtividade nas Capelas.

Curiosamente, moradores de freguesias vizinhas, menos dotadas para a produção de laranja, tinham aqui pequenos pomares de estimação, como Vitória de Jesus, dos Arrifes. Para além dos interesses destas personalidades na produção de laranjas, profundamente empenhada na mesma também encontrámos a Misericórdia de Ponta Delgada.

Conclusão

Conexões toponímicas únicas, como aquela da Rua do Teatro, pressões envolventes e polarizações face a factores de coesão e identidade endógena, hierarquias manifestas na habitação e na posse da terra, o aparelho produtivo e a capacidade de colocação de laranja num mercado em crise eis o primeiro contributo da análise do documento assinalado acima.

Com efeito, Capelas era no século XIX um espaço de fortes tensões desagregadoras da comunidade projectadas pela sociedade envolvente, particularmente através do pólo de Ponta Delgada, onde se encontravam os principais proprietários e beneficiários do rendimento da terra.

Porventura, em Portugal e nas ilhas dos Açores, em particular, a paisagem rural, mais do que noutros países tem sofrido alterações pouco notadas pelos historiadores, mais interessados em análises contabilísticas da produção. Ao longo do século XIX, as amoreiras na Beira, particularmente no Fundão, substituem os castanheiros, a oliveira substitui a azinheira e o sobreiro, em Castelo Branco, e a pastagem, o milho e o tabaco substituem a laranjeira e o trigo em S. Miguel (Açores).

Coloca-se hoje um problema sério à ocupação do espaço rural em Portugal e particularmente nos Açores em virtude da crise manifesta no sector pecuário com as quotas da U.E. e a nefasta B.S.E. de que até ao momento felizmente estas ilhas se têm mantido livres. Apesar das potencialidades pecuárias mais do que comprovadas e evidentes e do necessário combate pelo alargamento de quotas na Europa, parece-nos ainda assim urgente a procura de alternativas. A História pode aconselhar algumas, recuperando as experiências do passado a antecipando a resolução de crises mais graves.